

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 047

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 17 DE MAIO DE 1999

ANO XXV

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY

Presidente - PFL

NELSON JUSTUS

1º Vice-Presidente - PTB

CAÍTO QUINTANA

2º Vice-Presidente - PMDB

NELSON GARCIA

3º Vice-Presidente - PFL

HERMAS BRANDÃO

1º Secretário - PTB

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Secretário - PPB

RENATO GAUCHO

3º Secretário - PSDB

ÂNGELO VANHONI

4º Secretário - PT

LUIZ CARLOS ZUK

5º Secretário - PDT

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Valdir Rossoni</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PTB</i>	<i>Ademar Traiano</i>
<i>PMDB</i>	<i>Orlando Pessuti</i>
<i>PPB</i>	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i>	<i>Péricles de Holleben Mello</i>
<i>PDT</i>	<i>Edgar Bueno</i>
<i>PSDB</i>	<i>José Maria Ferreira</i>
<i>PL</i>	<i>Edno Guimarães</i>
<i>PSB</i>	<i>Ricardo Maia</i>
<i>PSC</i>	<i>Chico Noroeste</i>

Representação Partidária

PFL - 10 - Anibal Khury - Basílio Zanusso - Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Lino Rusch - Hidekazu Takayama - Luiz Carlos Alborghetti - Luiz Carlos Martins (suplente) - Marcos Isfer - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães; PTB - 10: Ademar Luiz Traiano - Algaci Tulio - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Nelson Justus - Ricardo Chab - Valdir Rossoni; PPB - 07: Augustinho Zucchi - Divanir Braz Palma - Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia - Tiago Amorim Novaes; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Annibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldir Pugliesi; PSDB - 06: Antonio Carlos Baratter - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva (Litro) - Pastor Edson Praczyk - Renato Gaucho - Serafina Carrilho; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Péricles de H. Mello; PDT - 03: Edgar Bueno - Luiz Carlos Zuk - Moysés Leônidas; PL - 02: Edno Guimarães - Geraldo Cartário (licenciado); PSB - 02: Antonio Carlos Belinati - Ricardo Maia; PSC - 02 - Chico Noroeste - Miltinho Puppio; SEM PARTIDO: Neivo Beraldin.

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 001ª SESSÃO
EXTRAORDINÁRIA
DA REVISÃO CONSTITUCIONAL
REALIZADA EM
17 DE MAIO DE 1999**
(segunda-feira)

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Luiz Carlos Alborghetti e José Maria Ferreira.

Às quinze horas é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Nelson Justus, Caíto Quintana, Nelson Garcia, Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Renato Gaucho, Ângelo Vanhoni, Ademar Traiano, Ademir Bier, Algaci Tulio, Antonio Carlos Baratter, Antonio Carlos Belinati, Antonio Annibelli, Basílio Zanusso, Beto Richa, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Strapasson, Elio Lino Rusch, Divanir Braz Palma, Fernando Ribas Carli, Hermes Fonseca, Hidekazu Takayama, Irineu Colombo, José Maria Ferreira, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes Silva Litro, Miltinho Puppio, Moysés Leônidas de Oliveira, Neivo Beraldin, Orlando Pessuti, Pastor Edson Praczyk, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Tiago Amorim Novaes, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (50). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Luiz Carlos Zuk, Marcos Valente Isfer, Nereu Moura, Tony Garcia (04)

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

Convocada para receber do Coordenador Deputado Estadual Caíto Quintana as primeiras informações e emendas que servirão de base para a reforma constitucional do Estado do Paraná. Concedo a palavra ao Deputado Caíto Quintana.

O SR. EDGAR BUENO (**Pela Ordem**)

Gostaria de pedir verificação de votação.

O SR. ORLANDO PESSUTI (**Pela Ordem**)

Requeiro chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Solicito ao nosso 1º Secretário Luiz Carlos Alborghetti que proceda a chamada nominal.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Luiz Carlos Alborghetti**)
(**Procede a chamada nominal**)

Vinte e nove, Deputados presentes.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Prossegue a sessão, com a palavra o Deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA

Senhor Presidente e Senhores Parlamentares nós desde o ano passado instituímos no Paraná um processo de revisão e adaptação da nossa Constituição Estadual.

No final do ano passado Senhor Presidente e Senhores Parlamentares, existia uma movimentação no Congresso Nacional que discutia eventual possibilidade de se proceder uma revisão constitucional geral a partir deste ano, com os novos Parlamentares. Dentro desta eminência de haver uma revisão geral da Constituição do País e do Estado do Paraná, seria inócuo que procedêssemos aqui uma adaptação pura e simples do mandato que passou.

Entrou esse novo mandato de Deputados e a revisão constitucional, conforme prescrita no artigo 3º das Disposições Transitórias da Constituição Federal, não se instalou e não instalando, passamos a ter e é esse o objetivo e queria chamar a atenção de todos os Parlamentares e companheiros da imprensa que aqui estão, de que este documento que está sendo entregue neste instante, é um compêndio das 20 emendas constitucionais aprovadas pelo Congresso Nacional, mais seis emendas de revisão já aprovadas e promulgadas e mais seis emendas modificativas da Constituição do Estado do Paraná já promulgadas.

Portanto, esse é o material básico para que os Deputados Estaduais possam ter em mãos todas as alterações que já aconteceram na Constituição Federal e Estadual até o presente momento. Esse, portanto, é o instrumento de pesquisa dos Deputados, até porque li hoje, em alguns jornais, de que estaríamos fazendo uma sessão, distribuindo a proposta de emenda constitucional no dia de hoje, abrindo um prazo de noventa dias para emenda. Isso, em momento algum foi divulgado, não confere com o que pretende fazer essa Casa. O rito a ser adotado, possivelmente seja o rito de emenda constitucional, portanto, votação em dois turnos e no dia de hoje, estamos querendo apenas criar, dentro dos Parlamentares desta Casa, a possibilidade de que cada um tenha em mãos todas as emendas já levantadas para que possa iniciar esse trabalho. Queremos chamar a atenção dos Parlamentares de que se fôs-

semos votar no rito de revisão constitucional, estaríamos votando com maioria absoluta. Houve inclusive, a instalação da revisão constitucional cinco anos após a promulgação da Constituição, em 88. No entanto, não terminou.

Existem correntes jurídicas e constitucionalistas que defendem que o quórum, portanto, das constituições estaduais podem ser feitas com quórum de revisão. Estamos propensos, para não correr risco de qualquer ação de inconstitucionalidade de medida tomada por esta Casa, procedermos o quórum normal de Emenda constitucional. Portanto, três quintos. Trinta e três votos favoráveis para alteração de qualquer dispositivo na nossa Constituição, razão pela qual, voltamos a insistir com os Senhores Parlamentares que sempre que for convocada Sessão Extraordinária, faremos sempre em Sessão Extraordinária, exatamente para poderemos garantir quórum de trinta e três Deputados votando "sim" nas alterações.

No primeiro instante, queremos basicamente, chamar a atenção às Emendas 19 e 20 (que estão nesse compêndio nas mãos dos senhores) que mudaram substancialmente a questão de demissão e admissão de servidor público, toda a questão de aposentadoria e previdência do servidor público.

A Emenda 14 mudou a questão de educação. Tivemos emendas que mudaram o prazo de realização de eleição, o prazo da posse, a remuneração, fixação de remuneração de Vereadores, Deputados Estaduais, Federais, Senadores, Prefeitos e Governadores.

Portanto, houve uma alteração substancial nessas emendas que passaremos a apreciar.

Queremos dizer de que se fizemos de acordo com o artigo 64, isso numa reunião de liderança com constitucionalistas vai definir na hora da votação, se fizemos baseados no artigo 64 da Constituição Federal que prevê um quórum de 3/5 termos que ter, obrigatoriamente, 33 votos sim para alteração. Nesse contexto se fará a apresentação do projeto em única emenda, apresentando a sugestão de substituição do primeiro ao último artigo. É um trabalho que já está elaborado. Estamos com ele na gráfica, apenas não estamos distribuindo, hoje, para propiciarmos aos Parlamentares ter acesso a todas as emendas para poderem começar a trabalhar. Na próxima sessão, convocada, estaremos distribuindo esta proposta de emenda constitucional - já adaptada ao novo texto, e a partir daí abre-se prazo para que os Parlamentares possam apresentar as suas emendas que serão analisados dentro do crivo de constitucionalidade, única e exclusivamente, dentro da questão de ser constitucional ou não a emenda proposta, sem discussão de mérito sobre esta emenda que será feita no Plenário. A partir do momento de levantada a constitucionalidade. E pas-

saremos a votar, portanto, a nossa revisão e adaptação num quórum de 3/5.

Queria, neste primeiro dia em que estamos, oficialmente, iniciando este trabalho, chamar a atenção, tanto de Parlamentares da Situação quanto da Oposição com assento nesta Casa, de todos os Partidos Políticos de que esta Assembléia Legislativa do Estado do Paraná andou bem e muito bem no processo da Constituinte, fazendo uma Constituição enxuta, boa e viável. O que prova até pelas mínimas ações de inconstitucionalidade que ela sofreu. E se foi possível isso, Senhores Deputados, foi pela concepção dos Deputados desta Casa de que a Constituição não é um estatuto político-partidário. A Constituição e esta revisão de agora e adaptação, ela não tem absolutamente nada a ver com Situação ou Oposição. Não é uma lei que serve ou servirá governos do Partido X ou do Partido Y. É uma lei com ânimos de permanência, de ser duradoura, de ser longa e qualquer substituição dela afeta o governo atual como afetará governos futuros de qualquer Partido que venha ocupar o nosso Estado do Paraná.

O Sr. Neivo Beraldin

Solicito um aparte de Vossa Excelência.

Apenas para cumprimentar Vossa Excelência pelo brilhante trabalho que presta a esta Casa e ao povo do Paraná, se empenhando diuturnamente num trabalho magnífico que servirá, naturalmente, de espelho para que os Deputados possam apresentar as suas emendas, as suas propostas a fim de reorganizarmos ou refazermos alguns artigos da nossa Constituição. Por exemplo, tenho um tema que me é muito palpitante, que é a questão do artigo 146 da Constituição do Estado. O artigo 146 da Constituição garante o monopólio do transporte coletivo de passageiro intermunicipais do Estado do Paraná. Está lá garantido. Ora, as empresas que prestam serviço de transporte intermunicipal do Estado, os contratos, mais de 80% desses contratos que possuíam com o DSTC, já estão vencidos. Portanto, carece o setor de uma concorrência pública a fim de regulamentar a situação. E a Constituição no artigo 146 garante esse monopólio à Garcia, à Sulamericana, à Graciosa, à Princesa dos Campos.

Espero que este tema possa ser um tema muito debatido na Casa, é um momento, portanto, de reorganizarmos alguns artigos da Constituição. E quando Vossa Excelência está à frente deste trabalho ficamos muito tranquilos, porque sabemos da sua competência e a sua determinação para tratar de assuntos tão importantes do interesse do povo do Paraná.

Portanto, meus parabéns, Deputado Caíto Quintana, e que Deus ilumine V. Exa., para que possa mais uma vez, já que foi relator da Constitu-

ição de 1988, e tivemos oportunidade de fazermos um trabalho em conjunto.

Esperamos que agora V. Exa. aprimore ainda mais o seu serviço para que possamos aprimorar ainda mais esta Constituição.

O SR. CAÍTO QUINTANA

Agradeço Deputado Neivo Beraldin, e quero dizer também a esta Casa e a tantos quantos sobre ela tem participação, de que todo esse trabalho de revisão constitucional, estamos elaborando e fazendo exclusivamente com pessoas da Casa, a Assembléia Legislativa não está gastando um centavo sequer com a contratação de nenhum tipo de assessoria, nenhuma aquisição de uma máquina nova, nem aquisição de uma cadeira nova, absolutamente nada, como foi feita a Constituição do Estado do Paraná em 88, como de praxe acontece os trabalhos nessa Assembléia Legislativa, uma vez mais, e é bom que se diga nos instantes em que, muitas e muitas vezes a Assembléia, pela sua transparência, atacada por seus gastos ou pelos seus pseudo gastos, que se diga que não há uma sala sequer decorada ou arrumada para a revisão constitucional.

Estamos fazendo na antiga capela com móveis da Casa, pegos do depósito da Casa, com funcionários do gabinete e da Casa, sem portanto, nenhum centavo de despesa extra ao orçamento da Assembléia Legislativa, e temos certeza absoluta, Deputado Neivo, que esta, uma vez mais, a nossa revisão constitucional no Estado do Paraná sairá senão melhor mas seguramente igual a qualquer outra que seja feita com toda a ostentação que algumas Assembléias têm.

O Sr. Neivo Beraldin

Permite-me V. Exa. apenas fazer um paralelo.

Enquanto V. Exa. diz que faz o trabalho com funcionários da Casa, sem contratar empresas de consultoria, aliás que virou moda essas empresas de consultoria, estava falando agora há pouco com o Líder Valdir Rossoni, que a SANEPAR, através dos recursos do PROSAN, acaba de anunciar a contratação de uma equipe que vai examinar os nossos mananciais da região metropolitana, quer dizer, um estudo que já está feito, que a SANEPAR tem técnicos, engenheiros toda infra-estrutura, por um milhão e quase quatrocentos mil reais. Essa equipe de profissionais, 4 ou 5 profissionais, deverão receber mais de 130, 140 mil reais por mês, para fazer uma consultoria sobre os nossos mananciais da Região Metropolitana. Está no Diário Oficial. Isto se tornou rotina, isto é muito grave.

O SR. CAÍTO QUINTANA

E isso a Assembléia não faz, e poderia perfeitamente estar contratando um grupo de constitucio-

nalistas, gastando do orçamento público e não faz, porque com as deficiências que possamos ter, mas seguramente temos um controle absoluto e total sobre qualquer despesa de recurso público, por parte do Poder Legislativo, tanto que é o Poder que se mantém sempre dentro dos 3% que a Constituição lhe garante no orçamento do Estado.

Concedo a palavra ao Deputado Orlando Pessuti.

O Sr. Orlando Pessuti

Deputado Caíto, em meu nome e em nome da Bancada do PMDB, quero cumprimentar V. Exa. por esse trabalho que desenvolve da Revisão Constitucional e ao Presidente Anibal Khury também, que preside evidentemente esse trabalho, e na pessoa do Eloy Mezzadri, da Carla e da Inês, cumprimentar toda a equipe de assessores que sei, estão trabalhando, diria quase diuturnamente nos últimos dias para dar seqüência a este trabalho.

A questão que coloco à V. Exa., vem mais ou menos em somatória à questão que o Deputado Neivo coloca.

Na Constituição atual nossa, tem lá num de seus artigos, não me lembro agora, que estabelece o número de vereadores em cada município em cima do número de habitantes. Isso tem gerado alguma polêmica no interior do Estado do Paraná, algumas Câmaras tentando adaptar o número de seus Vereadores com base no texto da nossa Constituição, e isso tem esbarrado no Juízo Eleitoral, no Tribunal Eleitoral do Paraná, que alega que embora isso conste da nossa Carta Constitucional, que isso é assunto de Legislação Federal e, portanto, não poderíamos ter, sobre esse assunto, legislado na ocasião da elaboração da Constituição.

A pergunta que faço também à V. Exa. é a seguinte: vamos fazer, vamos dizer assim, uma consolidação nesta revisão que vamos fazer renumerando os artigos todos, incluindo aquilo que já existe aprovado ou vamos aprovar apenas Emendas, vamos dizer, temos a nº 01, a nº 02, nº 03, a nº 04, a nº 05, a nº 06, hoje já devidamente promulgadas, vamos aí promulgar mais uma, mais duas, mais 10, mais 15 Emendas promulgadas, ou vamos fazer uma remuneração de tudo isso, tendo ao final uma nova Constituição do Estado do Paraná, devidamente numerada e independente de constar em seus anexos as Emendas que forem promulgadas posteriormente. O que está pensando essa Comissão que V. Exa. coordena?

O SR. CAÍTO QUINTANA

Deputado Pessuti, na verdade, por isso mesmo estamos considerando como uma adaptação e revisão. Somos obrigados a fazer uma adaptação na nossa Constituição dos textos que foram muda-

dos por Emendas Constitucionais na Constituição Federal e que afetam a nossa Constituição Estadual. Isso independe de estar no corpo da nossa Constituição ou não, está em vigência, apenas há um trabalho didático dos profissionais que precisam consultar a Constituição, que a nossa está ainda com o texto antigo.

Então, consolida essas 20 Emendas Constitucionais e mais as seis Emendas de revisão, mais 06 Emendas, que já foram votadas por esta Casa também na nossa Constituição e algumas ações diretas de inconstitucionalidade que já foram também julgadas.

Portanto, haverá a remuneração no texto constitucional. Agora, nada impede, Deputado Orlando Pessuti, de que tenhamos propostas de Emenda Constitucional. Por quê? Porque vamos votar com um quórum de três quintos, que é para a Emenda Constitucional. Portanto, qualquer um dos Artigos da Constituição, desde que não venha ferir princípios de constitucionalidade, poderá ser alterado. Diria, como um exemplo, o que colocou o Deputado Neivo Beraldin, na questão da garantia do Art. 146 do Monopólio do Transporte Coletivo, não é matéria constitucional, vai depender, portanto, de um debate, de uma manifestação política deste Plenário que se julgar por bem suprimi-lo da Constituição, assim será feito e remunerado o Artigo.

Acho, Senhor Presidente, Senhores Parlamentares, que nesta Sessão de hoje era exatamente isso, o nosso objetivo era passar às mãos dos Parlamentares todas as Emendas já aprovadas. Quero dizer que estamos indo à Brasília para conversar com o

relator da Emenda Reforma Tributária, porque essa ainda não está aqui e se essa Reforma for votada logo, vai mudar substancialmente o texto das Constituições.

Então, poderemos, quem sabe, levar a discussão até o momento em que se vota a Reforma Tributária, fechamos essa revisão e adaptamos à Reforma Tributária quando ela for votada.

Senhor Presidente, Senhores Parlamentares, muito obrigado, e espero que possamos contar com a colaboração dos companheiros, dos Parlamentares desta Casa, para sugestão para Emendas que serão analisadas e votadas neste Plenário. Estamos trabalhando ao lado do Plenarinho, na antiga Capela, em período integral, ficamos à inteira disposição para podermos discutir os assuntos, e desta forma ultimar esse trabalho que, indiscutivelmente, o Paraná merece.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Após a colocação do Deputado Caíto Quintana, encerramos a presente sessão e quando tivermos matérias sobre constitucionalidade o Presidente marcará novas sessões.

Muito obrigado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária.

Levanta-se a sessão.